



LEI Nº. 005, DE 27 DE JANEIRO DE 1936

PREFEITO MUNICIPAL DE ANÁPOLIS, faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL** decretou e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 1º. Fica o Prefeito Municipal autorizado a por uma concorrência pública pelo prazo de trinta (30) dias a contar da data da publicação desta Lei o serviço funerário na sede do município.

Art. 2º. A concorrente ficará obrigado aos serviços fúnebres com fornecimento de todo material para o mesmo fim e condução de cadáveres ao cemitério público, em carros especiais.

Parágrafo único: Para os indigentes o serviço será feito gratuitamente pela empresa com o fornecimento do material, mediante guia da prefeitura, comprovada, digo comprovando essa qualidade, firmada pelo Prefeito Municipal.

Art. 3º. A Prefeitura reconstruirá a estrada até ao cemitério público, dando a mesma em condições de trânsito para os veículos da empresa funerária.

Art. 4º. O concorrente em proposta devidamente fechada, sujeitando-se as exigências da Lei apresentará recibo de depósito da caução legal de acordo com o Dec. Nº 207 de 22 de novembro de 1935.

Art. 5º. A empresa organizará uma tabela em diversas classes submetendo a mesma a aprovação anual da Câmara Municipal com a especificação da qualidade do material empregado e do preço correspondente.

Art. 6º. A Prefeitura assegurará a empresa o prestígio do fornecimento exclusivo de materiais fúnebres e demais serviços assegurados por lei.

Art. 7º. O depósito da empresa e facultado sua abertura aos domingos, quando for preciso para serviços inerentes ao mesmo fim e nos dias 1º e 2 de novembro, obrigatório.

Art. 8º. Tratando-se de serviço público e, portanto isento de determinada tributação, pelo fim a que é destinado, a prefeitura assegurará a isenção de imposto.

Art. 9º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS, 27 de janeiro de 1936.

JOSÉ FERNANDES VALENTE
Prefeito de Anápolis

FRANCISCO CAMPOS AMARAL
Secretário